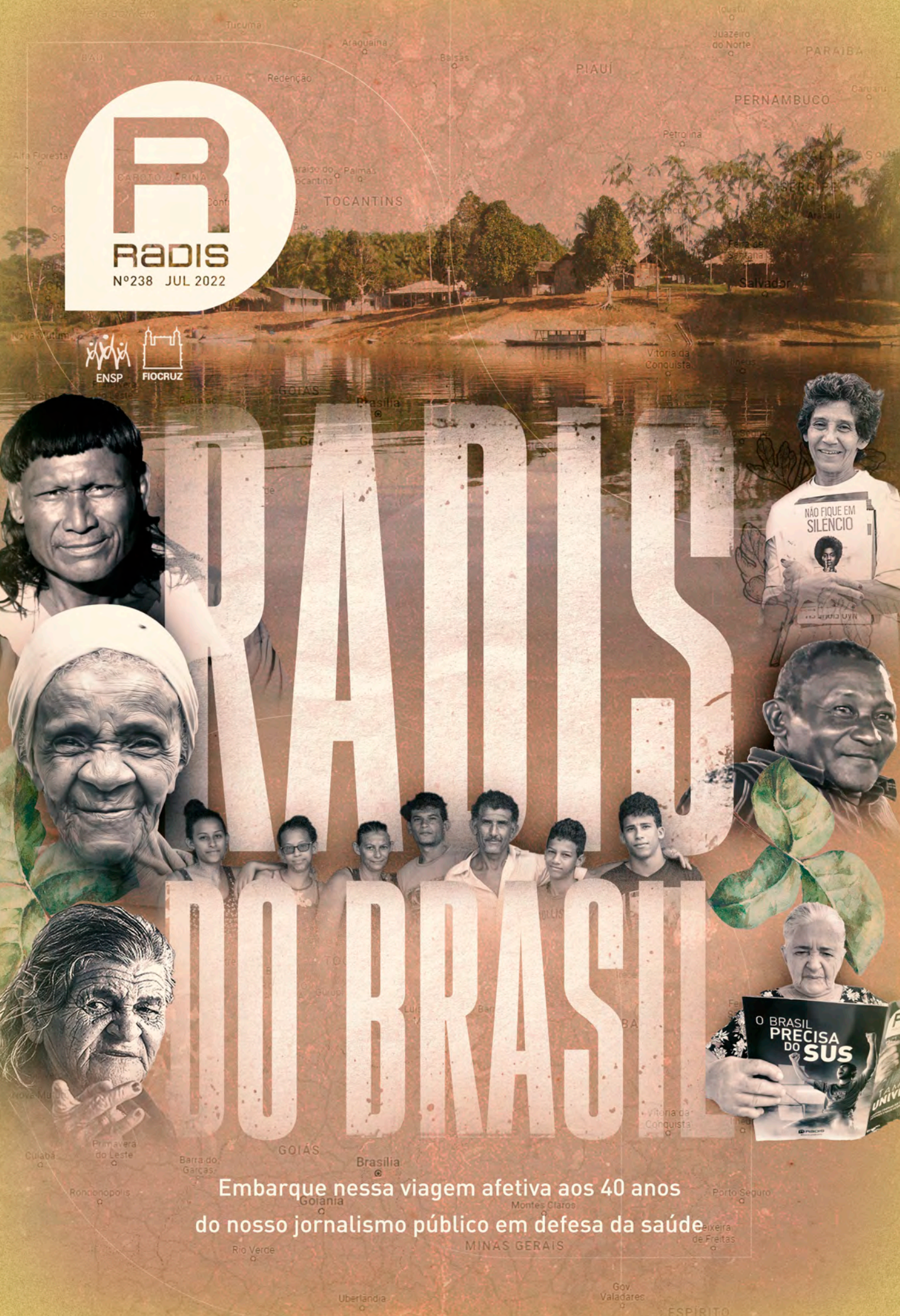




RAÍZES DO BRASIL



Embarque nessa viagem afetiva aos 40 anos do nosso jornalismo público em defesa da saúde





Tudo começou em junho de 1982: o Programa RADIS de Comunicação e Saúde celebra este mês seus 40 anos de jornalismo crítico e independente em saúde pública. As 238 edições da revista Radis, publicadas a partir de 2002, se somam a 20 anos de Súmula e Tema (até 2002), Dados (até 1996), Jornal do Radis (1994), e Proposta – O Jornal da Reforma Sanitária (entre 1986 e 1993)

RADIS

edição 238 ■ julho 2022

CAPA: ILUSTRAÇÃO EQUIPE RADIS

- | | |
|-----------|---|
| EDITORIAL | |
| 3 | Radis sob o ângulo de quem a produz |
| 4 | VOZ DO LEITOR |
| 5 | SÚMULA |
| 10 | CAPA RADIS 40 ANOS Nós, a Radis |
| 12 | BRUNO DOMINGUEZ Nosso lado |
| 14 | Alma jornalística |
| 15 | LISEANE MOROSINI As pessoas sempre elas |
| 18 | ADRIANO DE LAVOR O aprendizado das Margens |
| 21 | LUIZ FELIPE STEVANIM Vozes Ancenstrais |
| 24 | ANA CLÁUDIA PERES Memórias do Sertão |
| 27 | LICIA OLIVEIRA De leitora à repórter |
| 28 | JUSTA HELENA FRANCO Meu primeiro editorial |
| 29 | FABIO LUCAS Engrenagem que move a Radis |
| 30 | FELIPE PLAUSKA Criatividade a serviço da democracia |
| 31 | EDUARDO DE OLIVEIRA O menino que cresceu com o Radis |
| 32 | ROGÉRIO LANNES Histórias que não cabem em palavras |
| 34 | SERVIÇO |
| | PÓS-TUDO |
| 35 | Adeus |

Radis sob o ângulo de quem a produz

Esta edição está inserida nas comemorações dos 40 anos do Programa Radis e nos 20 anos da Revista Radis, que é um dos frutos bem sucedidos de uma geração que acreditou numa construção coletiva e plural, tratada como bem público.

A história é um longo processo de passagem de bastão, por isso a importância de dar crédito para todas as histórias e saberes produzidos e passados. Assim, para que Radis se consolidasse como um programa bem sucedido a serviço da informação e da comunicação pública em saúde hoje, muitos sonharam, discutiram e trabalharam ontem.

Novos desafios foram assumidos nos últimos 20 anos. Como substituir as revistas Dados, Súmula, Tema e o jornal Proposta, que marcaram a 8ª Conferência Nacional de Saúde e outras ações importantes na redemocratização do Brasil antes e durante 1988, por uma única revista, sem perder a essência que inspirou Sergio Goes, no ideal de “mudar o mundo” com jornalismo crítico para o enfrentamento das desigualdades e injustiças, como bem escreveu Rogerio Lannes, o idealizador da grande mudança?

O desafio deu certo e Radis saiu de 40 mil assinantes para os atuais 126 mil, cobrindo todos os estados do Brasil e alguns países da América Latina, publicando matérias sobre fatos relevantes, entrevistando pessoas, levantando questões estruturais que podem ser vistas ou descobertas sob outros ângulos, como as redes sociais em que se insere, mas sempre fiel à verdade e à diversidade de opiniões.

Falar de como uma notícia se transformou num texto, uma lente capturou um momento importante, uma ilustração resumiu um contexto, como se produziu um editorial e os caminhos muitas vezes conturbados por que passa o envio de uma revista, foi o desafio proposto numa reunião de pauta para trazer um pouco da história de construção da Radis e de quem a produziu e ainda produz.

Poder revisitar lembranças de lugares e pessoas levou o repórter Bruno Domingues a falar de quem se foi e deixou um grande aprendizado para o então recém formado jornalista, a editora daquela época, Marinilda Carvalho, uma ferrenha defensora do SUS, que levou para Radis, nas palavras do coordenador Rogerio Lannes, “uma alma jornalística”, com paixão, vitalidade e sensibilidade.

Dona Maria Grinauria, moradora do Coque em Recife, foi lembrada pela repórter Liseane Morosini, assim como as águas do turvo Rio Negro e a Floresta Amazônica são lembranças do medo e fascínio que provocaram no repórter Adriano De Lavor e despertaram no editor Luiz Felipe Stevanim a sensação

de encontrar a África na Amazônia ao visitar o Quilombo Saracura. Em outro pedaço do Brasil, a repórter Ana Cláudia Peres revisitou seu Nordeste “para ver água”, na promessa de transposição do São Francisco para aplacar a seca do Sertão. Água que não chegou às torneiras dos moradores. Parou no setor industrial e no hidronegócio.

Neste ano, Licia Oliveira veio se somar à pequena equipe, e nesta edição fala de sua expectativa em passar de leitora a repórter de Radis.

Tocar a engrenagem que permite ao Radis fazer chegar todos os meses aos 126 mil leitores não é simples, exige paciência, dedicação e muita torcida para que tudo funcione dentro do planejado. Felizmente um único servidor, Fábio Lucas, que só agora ganhou a colaboração de uma bolsista, a Ingridi Maia, está fazendo a roda girar. Uma roda que não parou mesmo nestes dois últimos anos de pandemia, quando muitas coisas pararam no país. E por fim, entre os depoimentos desta edição, a importância novamente da ex-editora que faleceu recentemente e influenciou a subcoordenadora para se descobrir uma boa escritora para os editoriais.

Radis se consolidou nestes anos como importante revista de Saúde Pública graças à competência e à paixão de servidores públicos e colaboradores, como o editor de arte Felipe Plauska e o repórter fotográfico Eduardo Oliveira, os recém transferidos Jorge Ricardo e Natalia Calzavara e todos os outros que deixaram suas marcas na construção e crescimento da revista.

Esta edição foi construída a várias mãos, com toda a equipe, sem deixar de tratar de outros temas importantes e urgentes, como o cruel assassinato do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, que são referidos no texto produzido pelo Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (Opi) e publicado no Pós-Tudo desta edição.

Estas mortes mobilizaram a atenção do país e da imprensa internacional e escancararam o que acontece na Amazônia Brasileira e, mais especificamente, no Vale do Javari, que sofre com a influência do narcotráfico e a pesca predatória e ilegal. Taxados de “aventureiros” pelo poder público, eles estavam junto aos povos indígenas tentando documentar as invasões e degradações dos territórios por setores ligados ao crime organizado. Pagaram com a vida tamanha ousadia. E o Brasil se consolida na lista dos piores países para os defensores do Meio Ambiente.

Boa leitura!

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



COTAS NAS UNIVERSIDADES

Obrigada, equipe Radis e Licia Oliveira, pelo excelente trabalho. Matéria incrível (*Radis* 237)! Sou muito grata por fazer parte desse lindo projeto.

Daiane Silva, Salvador, BA

Por uma universidade pública e inclusiva.

Edmundo Sales, Salvador, BA

Parabéns à Cássia Maciel [pró-reitora da Universidade Federal da Bahia, na entrevista "Estamos apenas começando", *Radis* 237]. Você me representa!

Regina Cardoso, via Instagram

CURSINHOS POPULARES

Obrigado à revista *Radis* por se dedicar a um tema tão relevante. O direito à educação é de todos.

Afonso Henrique Nunes, Rio de Janeiro, RJ

Muito bom, principalmente a história da Ana Clara! O Pré-vestibular Comunitário do Ceasm (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré) é mesmo um pré-vestibular incrível.

Carolina Vaz, Rio de Janeiro, RJ

HOMENAGEM À MARINILDA CARVALHO

Uma pessoa incrível, de inteligência e sagacidade raras e, acima de tudo, uma história de vida impressionante. Foi minha editora na *Radis*, e com ela aprendi demais. Adorava pegar carona com ela e bater papo sobre os mais variados assuntos. Já deixa saudades, mas, também, lições de vida. Minha solidariedade aos amigos e familiares.

Wagner Vasconcelos, Brasília, DF

Meus sentimentos. Ela me ajudou a conhecer mais sobre o SUS.

Página Seu SUS Tão Certo, via Instagram

Minha amiga querida. Marinilda, presente!

Telma Christiane, via Instagram

Siga na paz, querida.

Rita Vasconcelos, Recife, PE



CIDADES COM PREFEITAS (RADIS 227)

Parabéns, mulheres lindas e inteligentes! Fico orgulhosa dessas prefeitas! Precisamos de mais mulheres na política e no comando.

Neuzimar Morales, Amargosa, BA

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Bruno Dominguez
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor, Ana Cláudia Peres, Liseane Morosini, Licia Oliveira

Arte
Felipe Plauska

Documentação
Eduardo de Oliveira
(arte e fotografia)

Administração
Fábio Lucas, Ingridi Maia da Silva

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Edigráfica gráfica e editora Ltda Tiragem 124.850 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.

ATRASO DE RADIS

Em respeito aos nossos leitores e leitoras, informamos que a revista *Radis* teve um problema com a gráfica responsável pela impressão de nossos exemplares, o que ocasionou um atraso no envio das edições desde fevereiro de 2022. O problema está sendo solucionado e, em compromisso com o nosso público, as edições atrasadas serão enviadas. Acompanhem também os nossos conteúdos no site e nas redes sociais. Agradecemos a compreensão e boa leitura!



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Cântico para Bruno e Dom



O cântico entoado por Bruno Pereira no meio da floresta, acompanhado por indígenas do Vale do Javari, é uma imagem que revela o profundo respeito e sintonia que o indigenista assassinado em junho tinha com os povos da floresta. A canção, na língua Kanamari, é tradicional do povo que se autodenomina como Tukuna e que vive em sua maioria no alto-médio Rio Juruá, no Amazonas. Sentado ao pé de uma árvore, Bruno canta e sorri. Está em paz. O vídeo com o cântico Kanamari circulou nas redes sociais durante os dias em que se aguardava notícias sobre o desaparecimento de Bruno e do jornalista inglês Dom Phillips, até a trágica confirmação de suas mortes.

Bruno e Dom foram assassinados quando voltavam de uma viagem de barco pelo Vale do Javari, segunda maior Terra Indígena do Brasil, ameaçada por pescadores ilegais, madeireiros, garimpeiros e traficantes de drogas. Eles estavam desaparecidos desde 5 de junho. Bruno era servidor de carreira da Fundação Nacional do Índio (Funai) e um defensor dos direitos indígenas. Ele estava na região para fazer reuniões nas aldeias sobre proteção do território. Já o jornalista inglês pretendia entrevistar lideranças para um novo livro, chamado *Como salvar a Amazônia?*, como registrou o G1 (15/6).

Depois de buscas na região, a Polícia Federal (PF) informou, em 15 de junho, que o pescador Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como Pelado, havia confirmado envolvimento nos assassinatos e apontado a localização dos corpos. Era o fim de 10 dias de angústia em torno da pergunta “Onde estão Dom e Bruno?” e o início de uma nova busca: “Quem matou e, principalmente, quem mandou matar?” A PF divulgou, em nota (17/6), que as investigações apontam que os executores agiram sozinhos, sem indícios de mandantes. Contudo, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) respondeu, no mesmo dia (17/6), que esse posicionamento da PF “desconsidera as informações qualificadas” enviadas pelos indígenas sobre a organização criminosa que atua na região.

Crime político

“A Univaja compreende que o assassinato de Pereira e Phillips constitui um crime político, pois ambos eram defensores dos Direitos Humanos e morreram desempenhando atividades em benefício de nós, povos indígenas do Vale do Javari”, afirmou a Univaja em nota (15/6). A organização teme represálias depois que as investigações se encerrarem e as forças armadas e a imprensa se deslocarem do local. “O que acontecerá conosco? Continuaremos vivendo sob ameaças? Precisamos de fiscalização territorial efetiva no interior da Terra Indígena Vale do Javari”.

A Fiocruz também se manifestou (18/6) ressaltando que os assassinatos de Bruno e Dom não podem ficar sem resposta. “O que aconteceu aos dois representa um golpe nos direitos originários e na liberdade de imprensa, marcos fundantes da Constituição de 1988”, afirmou. A Fiocruz lembrou ainda que Dom Phillips era um importante colaborador da fundação, que participou da cobertura da crise da zika em 2015 e nas emergências de febre amarela e de covid-19. “Que os ideais de Bruno e Dom sejam fonte de inspiração na luta pela democracia, pela liberdade de imprensa e pelos direitos dos povos originários”.

“Lutou por nós”

“Bruno lutou por nós, e nós do Vale do Javari vamos lutar por ele também”, declarou a cacica Sandra Matsés da Aldeia Nova Esperança, no rio Curuçá, como noticiou a Agência Pública (24/6). “Mataram Bruno e seu amigo Dom à beira do rio Itacoai”, escreveram os ativistas do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI), em texto comovente que você lê no Pós-tudo desta edição [página 35]. Mas os sonhos vivem: “Com todos os sonhos indígenas, estás também nos nossos sonhos”, afirmam, à memória do indigenista. Nesta edição de *Radis* que aborda os nossos 40 anos de jornalismo público em defesa dos direitos, registramos também nossa homenagem a Bruno e Dom.

Para ouvir o cântico entoado por Bruno: <https://bit.ly/3yn3u72>.

Sem comida na mesa

A insegurança alimentar se agrava no Brasil e a fome segue crescendo. Se, no fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome, em 2022 já são 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. Segundo dados do novo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, divulgado em 8 de junho, apenas quatro entre 10 famílias conseguem acesso pleno à alimentação no país. O levantamento foi conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN).

O desmonte das políticas públicas, o aprofundamento da crise econômica e o segundo ano da pandemia de covid-19 foram as causas apontadas para deixar vazios os pratos de tantos brasileiros. Falta o que comer em um país com tanta diversidade como o Brasil [tema abordado pela *Radis* 225]. De acordo com o inquérito, o número de novos brasileiros em situação de fome aumentou 14 milhões em pouco mais de um ano. Mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau, seja leve, moderado ou grave, como registrou a Agência Brasil (8/6). Com isso, o país retornou a um patamar equivalente ao da década de 1990. Na pesquisa feita em 2020, a fome havia retornado ao patamar de 2004.

“O dilema entre economia e saúde no enfrentamento da pandemia de covid-19 é falso, e o aumento da fome no país é um exemplo disso. A fome deriva de processos econômicos e políticos que moldaram historicamente a sociedade brasileira”, afirmou Ana Maria Segall, professora aposentada da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), durante a apresentação do 2º Inquérito Nacional.

Os números também refletem as desigualdades da sociedade brasileira. A insegurança alimentar é maior no Norte (71,6%) e Nordeste (68%). Em domicílios comandados por pessoas pretas e pardas, 65% convivem com restrição de alimentos em qualquer nível; já em lares de pessoas autodeclaradas brancas, o percentual é de 53,2%. Em relação ao gênero, famílias que têm homens como principais provedores sofrem menos com a fome que as chefiadas por mulheres. O inquérito foi realizado pelo Instituto Vox Populi, com apoio de Ação da Cidadania, ActionAid Brasil, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Ibirapitanga, Oxfam Brasil e Serviço Social do Comércio (Sesc) e pode ser acessado em: <https://olheparaafome.com.br/>.

33,1 MILHÕES DE
BRASILEIROS E BRASILEIRAS
PASSAM FOME

125,2 MILHÕES DE PESSOAS
VIVEM COM ALGUM GRAU DE
INSEGURANÇA ALIMENTAR

“ Ao olhar para a fome, é importante lembrar que cada número absoluto representa a vida de uma pessoa. E que mudanças em percentuais de insegurança alimentar — ainda que pareçam pequenas — significam milhões de pessoas convivendo cotidianamente com a fome ”

Fonte: Olhe para a Fome
(<https://olheparaafome.com.br/>)

Mortes por álcool no Brasil

Em 2020, no primeiro ano da pandemia, 8.169 brasileiros morreram por conta do consumo de álcool, num aumento de 24% em relação a 2019 (6.594). O número foi maior do que a média de mortes (6.830) ocorridas nos dez anos anteriores. Os dados são da pesquisa *Álcool e a Saúde dos Brasileiros — Panorama 2022*, lançada em 14 de junho pelo Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa), com base em informações do DataSUS, Vigitel e PeNSE. O maior crescimento de óbitos atribuíveis ao álcool em 2020 ocorreu entre adultos de 35 a 54 anos (aumento de 25,6%), seguidos da faixa etária de 55 anos e mais (23%) e 18 a 34 anos (19,5%).

Covid em alta

Após um longo período de queda no número de casos e mortes pela covid-19, o país voltou a registrar um aumento de diagnósticos positivos para a doença entre maio e junho. Em 20 dias, a média móvel de novos casos saltou de 14.585 em 23 de maio para 43.131 em 13 de junho, como noticiou o UOL (14/6). Um fator que pode indicar que a propagação da doença é ainda maior do que o registrado pelos números é que muitas pessoas estão fazendo o autoteste (comprado em farmácias) sem informar o resultado para as autoridades sanitárias e outras nem sequer estão testando, por apresentarem sintomas leves.

A flexibilização do uso de máscaras em ambiente fechado na maioria dos estados pode ter contribuído para a disseminação do vírus, afirmam ainda os especialistas ouvidos pelo UOL. Apesar da alta verificada entre maio e junho, o Boletim InfoGripe Fiocruz de 22 de junho sugere uma possível interrupção na tendência de crescimento do número de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG); porém, o pesquisador Marcelo Gomes, coordenador do InfoGripe, alertou que esses dados devem ser olhados com cautela e os cuidados ainda precisam ser mantidos.

Vacinas contra covid-19 na rede particular

Com o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela Covid-19, decretado pelo Ministério da Saúde em 22 de abril, houve uma crescente movimentação para liberar a vacinação contra a covid-19 em clínicas particulares. Apenas as vacinas licenciadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) podem ser oferecidas na rede particular e, inicialmente, apenas o imunizante da Astrazeneca importado dos Estados Unidos é que já está disponível nestes locais.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) se posicionou sobre essa nova configuração afirmando que a rede privada pode funcionar como um complemento ao sistema público para o controle da pandemia de covid-19, mas que o governo federal não pode parar de cumprir suas obrigações quanto às campanhas de vacinação e ao provimento de insumos ao Sistema Único de Saúde (SUS) para viabilizá-las. Além disso, é necessário que o SUS possa continuar fornecendo as vacinas em quantidade, esquemas e intervalos previstos no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), assim como a venda no setor privado deve seguir as mesmas indicações do PNO. Leia a nota da Abrasco: <https://bit.ly/3tYJp4q>.



FOTO: AGENCIA BRASILEIRA FRAZAO



FOTO: CD CGEITY/IMAGES

Variola dos macacos no Brasil

O Brasil registrou 11 casos de variola dos macacos, também chamada de monkeypox, até 21 de junho. O primeiro caso, identificado no dia 6, foi de um homem de 41 anos que havia viajado à Espanha e a Portugal, internado no Instituto de Infectologia Emílio Ribas, em São Paulo, com febre, dor muscular e feridas na pele. No dia 7, uma equipe do Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, coordenada pela médica Ester Sabino, fez o primeiro sequenciamento genético do vírus no país, coletado das lesões de pele desse paciente.

A variola dos macacos era considerada endêmica em países da África Central e da África Ocidental, mas nos últimos meses houve relatos da doença em diversos outros países não endêmicos, especialmente na Europa, que já responde por 84% dos casos notificados. Segundo a Organização Pan-americana da Saúde (Opas), a dispersão geográfica dos casos na Europa sugere que a transmissão pode estar em curso há algum tempo. A Opas recomenda aos países a identificação de casos, isolamento e acompanhamento de contatos. Não há tratamentos específicos contra a infecção. Os sintomas costumam ter resolução espontânea.

STJ limita cobertura de saúde

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que operadoras de saúde cubram apenas procedimentos e tratamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no chamado rol taxativo [Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde]. Com a decisão, caiu por terra o entendimento anterior de que o rol da ANS seria exemplificativo, o que abria a possibilidade de o usuário, a pedido médico, incluir novas terapias, exames e medicamentos não previstos. Caso a operadora negasse o procedimento, restava ao beneficiário obter essa cobertura pela via judicial. Agora, com a decisão do STJ, passa a valer apenas o que está estabelecido no rol, o que levou associações civis e partidos políticos a acionarem o Supremo Tribunal Federal (STF).

Em nota (10/6), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) manifestou profunda consternação e repúdio à determinação. “O julgamento representa imenso retrocesso em um entendimento exitoso que tinha se consolidado há mais de 10 anos pelo Poder Judiciário em favor da vida e do SUS”, diz a nota. O CNS alertou que, diferentemente do que ocorria antes da decisão, os beneficiários dificilmente vão conseguir que o Poder Judiciário seja favorável à cobertura de procedimentos que não estejam no rol. Uma análise do Grupo de Estudos sobre Planos de Saúde e Interações Público-Privadas, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (DMP/FMUSP), mostra que as negativas de cobertura são o tema mais judicializado, representando 48,2% das demandas do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Para o sanitarista José Sestelo, pesquisador do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre o Empresariamento da Saúde e representante da Abrasco na Comissão de Saúde Suplementar (CISS) do CNS, o rol, que era mínimo, se tornou um rol máximo. Em entrevista à *Radis*, ele disse que a decisão é resultado do lobby empresarial na sociedade e no meio jurídico e “é favorável às empresas”. “Passa-se a ter o entendimento de que, liminarmente, essas pessoas não têm direito. Podem recorrer, mas a tendência é que não consigam um resultado judicial favorável”, afirmou. O sanitarista lembrou o caso de pessoas com condições crônicas, autistas e com síndrome de Down, que são liminarmente excluídas.

Para Sestelo, ao contrário do que se diz, a judicialização vai aumentar. “As pessoas vão continuar recorrendo. A discussão não está encerrada. O caminho judicial é o último que nos resta”, afirmou à *Radis* (veja entrevista completa no site). Segundo ele, adiar o acesso a procedimentos, principalmente no caso de pessoas com deficiência, irá prejudicar a vida futura de crianças e jovens, que se tornarão adultos com mais limitações.



#RolTaxativoMata

A campanha #RolTaxativoMata ganhou as redes sociais e, diante da pressão exercida por ativistas e organizações especialmente ligadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), a ANS recuou e ampliou (23/6) a cobertura de tratamentos indicados por médico com transtornos globais do desenvolvimento [CID F84]. De acordo com o Uol (24/6), a partir de 1º de julho, serão obrigatórios tratamentos ilimitados para autismo infantil e atípico, transtorno desintegrativo da infância (psicose), síndrome de Rett e síndrome de Asperger, entre outros. Nas redes sociais, o Instituto Lagarta Vira Pupa, que defende os direitos de pessoas com deficiência, considerou um “avanço para muitas famílias” e salientou que a luta é pelo “rol exemplificativo, que ofereça tratamentos e procedimentos adequados para todos, sem exceções deste ou daquele”.

Funai anti-indigenista

Fundação Anti-Indígena é o título de dossiê elaborado pela associação de servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai), a Indigenistas Associados (INA), em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), após três anos de monitoramento. As organizações descrevem como a Funai vem trabalhando contra a própria razão de sua existência — proteger e promover os direitos indígenas —, tensionando os limites da legalidade em favor da agenda do ruralismo predatório. “Transformou-se numa fábrica de normativas e práticas anti-indígenas, ao mesmo tempo que laboratório de políticas carentes de bases legais”, diz o texto. Ao final, o documento traz uma carta de propostas aos candidatos às Eleições 2022, intitulada A Funai que Queremos, fruto de um debate entre servidores da fundação. Leia em <https://bit.ly/3QDLZ9J>.

O estupro e os obstáculos ao aborto legal

Dias antes do aniversário de 11 anos, uma menina descobriu que está grávida. Ela havia sido vítima de um estupro e, criança ainda, procura um hospital universitário, acompanhada da mãe, para fazer um aborto. Estava com 22 semanas e 2 dias de gestação. Mas teve o procedimento negado porque normas internas da unidade de saúde só autorizam o aborto até a 20ª semana de gestação. O hospital então solicita autorização judicial para realizar a interrupção da gravidez e o caso chega à juíza Joana Ribeiro Zimmer.

A história se passou em Santa Catarina e ganhou ares de crueldade quando vieram à tona as imagens da insólita audiência em que a magistrada induz a criança a desistir do aborto legal a que tem direito, ao mesmo tempo em que decide mantê-la em um abrigo, afastada do convívio com a família. Revelada em uma reportagem necessária (20/6) pelo jornal *The Intercept Brasil* e portal *Catarinas*, em determinado momento da gravação, é possível ouvir a juíza perguntar se a criança aceitaria manter a gravidez por mais “uma ou duas semanas”. “Você suportaria ficar mais um pouquinho?”, questiona a juíza sugerindo aumentar a chance de sobrevivência do feto. Ela usa ainda o termo “pai” para se referir a abusador: “Você acha que o pai do bebê concordaria pra (sic) entregar para adoção?”.

A criança não sabe. Parece não entender a pergunta. Laudo da psicóloga que a acompanha já havia registrado: “Apresentou e expressou medo e cansaço por conta da quantidade de consultas médicas e questionamentos, além do expresso desejo de voltar para casa com a mãe. Relatou estar se sentindo muito triste por estar longe de casa e que não consegue entender o porquê de não poder voltar para o seu lar”.

Para justificar a decisão, a juíza usa uma norma técnica do Ministério da Saúde e utiliza informação falsa ao dizer que o aborto neste caso “seria uma autorização para homicídio segundo o Código Penal”. Isso não é verdade, como afirmou ao *Intercept* a jurista Deborah Duprat, ex-subprocuradora da República. Em caso de estupro, a interrupção da gravidez é garantida por lei. “O Código Penal permite [o aborto] em qualquer época, ainda mais em uma criança. Além do impacto psicológico, tem a questão da integridade física. É um corpo que não está preparado para gravidez”, explicou.

Quando a matéria foi pulicada, a criança já estava com 29 semanas de gestação, mas desde que procuraram o hospital ainda em 4 de maio para fazer o aborto, tanto a menina quanto a mãe já haviam explicitado que não queriam manter a gravidez. Com a repercussão da reportagem, um dia depois de publicada, uma desembargadora autorizou a menina a voltar para casa, a corregedoria do MP abriu uma investigação para averiguar a conduta da promotora e a corregedoria do TJSC abriu investigação contra a juíza. Em 22 de junho, o Ministério Público Federal informou que o hospital universitário finalmente realizou a interrupção da gravidez da criança de 11 anos que foi vítima de estupro.

■ **A cada hora, duas crianças entre 10 e 14 anos são estupradas no Brasil.**

■ **Mais de 74 mil crianças nessa faixa etária foram vítimas de abuso sexual entre 2017 e 2020.**

[Fonte: relatório do Unicef e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública]

Aborto legal I

O caso da garotinha de Santa Catarina não é exceção no Brasil. Há menos de dois anos, em agosto de 2020, o noticiário cobriu o caso de uma criança de 10 anos que viajou do Espírito Santo até o Recife para conseguir realizar um aborto legal, depois de ter engravidado durante um estupro praticado pelo tio. A menina garantiu na justiça o direito de interromper a gestação, mas teve que enfrentar protestos de manifestantes extremistas contrários ao procedimento.

Aborto legal II

O episódio atual veio à tona menos de uma semana depois de uma cartilha distribuída pelo Ministério da Saúde afirmar que “não existe aborto ‘legal’” no Brasil. O documento defende que “todo aborto é um crime” e que os casos em que há “excludente de ilicitude” sejam comprovados após “investigação policial”. Entidades de defesa dos direitos da mulher criticaram o documento. No Brasil, a interrupção da gestação é autorizada em três situações: quando decorrente de estupro, quando representa risco para a saúde da mulher e em casos de anencefalia.



NÓS, A RADIS

Conheça histórias e bastidores de reportagens por diferentes Brasis, no mês em que completamos quatro décadas de comunicação pública em saúde

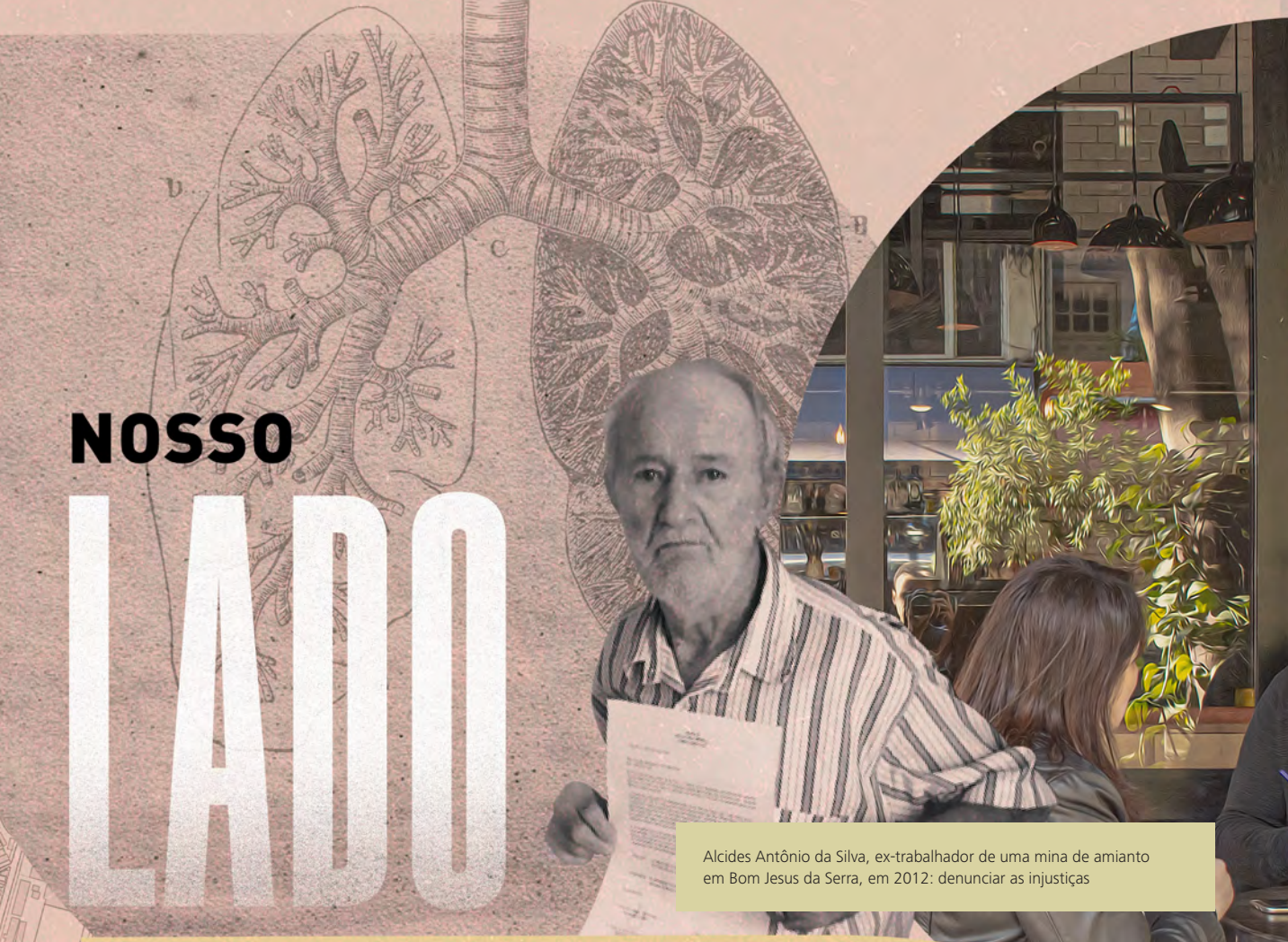




J

ulho de 1982. Mês e ano de nascimento do Programa *Radis*. Nome completo: Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde, que abrigava as publicações *Súmula*, *Dados*, *Tema* e *Proposta*. Vinte anos depois, começava a circular a edição impressa de *Radis*, mais parecida com a revista que você tem hoje em mãos. Na capa do primeiro número, perguntávamos: “E a Saúde, senhor candidato a presidente, como vai?”. Era agosto de 2002 e a matéria dedicava-se a escutar as propostas dos presidentiáveis daquela eleição. A revista tinha 20 páginas e uma tiragem de 42 mil exemplares.

De lá até hoje, crescemos em volume e no número de leitores. Mas seguimos repetindo a pergunta, edição após edição — sejam os nossos entrevistados os aspirantes à Presidência da República, seja dona Maria Grinauria da Silva, seu Lídio Pedroza, Barbara Aires, os quilombolas de Santarém ou os indígenas de São Gabriel da Cachoeira, cada cidadã, cada cidadão, brasileiros. Neste número especial da revista, reunimos a equipe para relembrar os bastidores de reportagens e outras histórias que marcaram nossos caminhos, em uma viagem afetiva pelo tempo e por diferentes Brasis. Um convite a você, leitor, para embarcarmos juntos neste percurso pelo jornalismo de *Radis*.



NOSSO LADO

Alcides Antônio da Silva, ex-trabalhador de uma mina de amianto em Bom Jesus da Serra, em 2012: denunciar as injustiças

B R U N O D O M I N G U E Z

Em 7 de março de 2006, entrava na redação da *Radis* na Avenida Brasil para o meu primeiro dia como um profissional de Comunicação formado. Abria as portas da profissão repetindo as regras que acabara de aprender na faculdade. Do outro lado, estava a jornalista Marinilda Carvalho, então editora da revista, e sua bagagem de uma vida inteira dedicada ao jornalismo — tendo passado por *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Veja*, *IstoÉ* e *Observatório da Imprensa*.

Foi com ela que aprendi que o principal pilar do jornalismo não é imparcialidade ou neutralidade, como repetiam na sala de aula, mas justiça. “A *Radis* tem lado”, me disse antes da minha primeira reportagem, a cobertura da 3ª Conferência de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, em Brasília, uma semana depois da minha contratação.

Ao longo de quatro anos de parceria, Marinilda me alertava sempre que nosso lado era a defesa do SUS e dos direitos humanos, da liberdade, da democracia, contra todo tipo de opressão e autoritarismo. Que estávamos nessa profissão para praticar um jornalismo do bem, cumprir uma função social [Leia BOX na página 14] — uma visão compartilhada pelo coordenador do Programa *Radis*, Rogério Lannes, e por aqueles que vieram antes da própria revista *Radis* existir, nas publicações *Súmula* e *Tema*.

E assim fui a Bom Jesus da Serra, no sertão baiano, registrar as consequências da exploração do amianto na saúde dos trabalhadores (*Radis* 122), antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) votar pelo banimento desse mineral no país. Ali conheci Alcides Antônio da Silva, um dos ex-funcionários diagnosticados com asbestose, ou “pulmão de pedra”, depois de anos voltando para casa com os cabelos cobertos pela fibra desprendida das pedras. “Era um pó medonho, que entrava pelo nariz, pela orelha e pela boca”, lembrou, sentado em uma poltrona ao lado da porta de casa, onde passava boa parte do dia, dada sua dificuldade de andar.

Em São Paulo, estive por duas vezes na região do bairro da Luz que ficou conhecida como “cracolândia” (*Radis* 158 e 178). Uma área que concentra pessoas em profunda situação de vulnerabilidade, que em vez de receberem cuidado têm sido varridas para fora da cidade. “O extremo vulnerável produz em nós uma ameaça, e em nome dessa ameaça muito já foi feito para excluir”, ouvi de Teresa Cristina Endo, assistente técnica da área de Saúde Mental da prefeitura de São Paulo.

O desafio era contar a história daquela população sem expor ou estigmatizar. O que precisava estar exposto era como os interesses de construtoras e seguradoras, que adquiriram terrenos e imóveis na região, em certo momento ganharam mais peso do que a dignidade das pessoas que ali habitavam



Laylla Monteiro, Kakau Ferreira e Biancka Fernandes: a restrição de direitos de uns é uma violência a ser combatida por todos a violência a ser combatida por todos e todas

— com o encerramento de uma política pública baseada em trabalho, renda, moradia e redução de danos. Atenção que se refletiu, por exemplo, na escolha das fotografias de Eduardo de Oliveira e na diagramação de Felipe Plauska, que não revelavam rostos.

Em outra reportagem, com as histórias de vida de pessoas trans (*Radis* 164), o objetivo era o extremo oposto: mostrar a cara de mulheres e homens que buscam simplesmente a liberdade de serem quem são. Em comum nos depoimentos de Helena de Souza, Barbara Aires, Hanna Mendes, Cristiano Lima, Laylla Monteiro, Kakau Ferreira e Biancka Fernandes, o reconhecimento de um “acúmulo de experiências ruins de preconceito” e o reforço de que a restrição de direitos de uns é uma violência a ser combatida por todos.

Como ser imparcial em uma situação de clara injustiça? Como dar espaço ao contraditório em situação de clara opressão? Pautas, palavras, fotografias, ilustrações e diagramação surgem na *Radis* a partir de uma reflexão coletiva com os colegas da equipe que você está conhecendo melhor nesta edição (Adriano, Ana Cláudia, Fábio, Ingridi, Justa, Liseane, Luiz Felipe, Licia e tantos outros que por essa redação passaram), embasada no jornalismo crítico e no conceito ampliado de saúde, que convoca todos os direitos humanos. No Brasil de 2022, uma reflexão cada vez mais necessária.



ALMA JORNALÍSTICA

[EM MEMÓRIA DE MARINILDA CARVALHO]

Repórter apaixonada, editora rígida com os prazos e comprometida com o leitor, ser humano sensível às questões urgentes do seu tempo. Assim era Marinilda Carvalho, editora da *Radis* entre 2003 e 2010, de quem nos despedimos em 2 de junho em razão de seu falecimento. Jornalista experiente com passagens por Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Veja, IstoÉ e Observatório da Imprensa, ela foi responsável por 72 das 100 primeiras edições da revista e ajudou a dar o tom do que a *Radis* é hoje.

Nas palavras de Rogério Lannes, coordenador do Programa *Radis*, ela “trouxe uma alma jornalística” à publicação. “Marinilda deu uma contribuição maravilhosa para a *Radis*: trouxe vitalidade, tônus, paixão, urgência, sensibilidade de repórter e editora, uma fidelidade enorme ao leitor, às pessoas que trabalham no SUS e às que dependem dele”, escreveu, em depoimento. Na redação da revista, Marinilda imprimiu o compromisso público com os leitores. É o que revela uma fala que concedeu, na edição de número 100, à amiga e então editora Eliane Bardachvili: segundo ela, a parte mais atraente do processo de trabalho era ler as cartas dos leitores. “Sempre adorei ler as matérias, mas o melhor momento eram as cartas dos leitores. Perturbava a redação lendo alto os trechos mais instigantes”, afirmou em 2010.

Sua fidelidade ao leitor se traduzia na busca do zero erro e no compromisso intransigente com o “jornalismo do bem, em sua função social, de serviço público”. “Acredita no jornalismo e nas nossas reportagens coletivas. Numa cobertura, não descansava enquanto não enxergasse o mote que a justificasse”, ressalta Rogério, ao se recordar da empolgação e do êxtase com que ela planejava uma pauta. “Era de outra geração do jornalismo, rígida, polêmica, exigente, controversa, apaixonada e apaixonante”.



AS

PESSOAS

SEMPRE ELAS

L I S E A N E M O R O S I N I

A imagem de dona Maria Grinauria da Silva estava na capa da *Radis* 129, em 2013. Moradora do Coque, na área central do Recife, dona Grinauria viu sua casa ser derrubada para dar passagem à rua que cortaria a comunidade. Pela perda material foi indenizada. A perda afetiva deixou um buraco em sua alma. Morava na comunidade há 40 anos, e lá queria ficar. Seu destino foi a palafita, na beira do mangue. Dona Grinauria fazia 87 anos na tarde em que conversamos, numa passagem feita em tábuas de madeira que levava à sua casa. Não havia bolo ou festa. Não havia muito o que celebrar, ela disse. Mas havia leveza e acolhimento em sua voz. Do momento em que nossos olhares se cruzaram, lembro do sorriso e o resumo de uma história marcada por dificuldades. “Minha filha, isso não é vida”, foi o que disse. E foi isso o que eu ouvi em tantas conversas como repórter de *Radis*.

Sou pernambucana de coração, morei muito tempo no Recife e voltei à cidade muitas vezes depois do encontro com dona Grinauria. Aquela foi a primeira e única vez que entrei no Coque para ver de perto a “não vida” dela e de outros moradores. Para os recifenses, o Coque é tido como uma área de violência e alta criminalidade. Só isso. Mas, ao andar pelas ruas e vielas da comunidade, encontrei pessoas. Vi o fosso que separava, e continua a separar, a população do Coque do bairro vizinho de Boa Viagem. São apenas 3,5 quilômetros que asfaltam o caminho da desigualdade. No Coque, o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal, saneamento, urbanização e atenção à saúde precários, alto déficit habitacional. Já Boa Viagem tem IDH equivalente a um país europeu. Espremido por um viaduto e o mangue, criado a partir de um aterro sanitário, o Coque é o retrato cruel desse Brasil desigual presente nas páginas da *Radis*.

Sobre o Coque, avança a especulação imobiliária. Nesse modelo predatório, áreas populares viram objeto de cobiça à medida em que a cidade se espalha pelo território. A violência do lugar é até uma das estratégias para justificar a remoção de tantas famílias. No Recife, e não só nele, como constatei, o apetite voraz do capital financeiro expulsa essas pessoas do lugar de sua existência. Como um trator, derruba o que está à frente, passa por cima de barracos e casas, despreza pessoas, suas vivências e ligações com o território, suas histórias de vida e altera sem pudor a já frágil política ambiental urbana.

Simbolicamente, hoje é possível ver, do Coque, as primeiras de 13 torres que serão construídas no Cais José Estelita e que marcam a verticalização excludente da capital pernambucana. Em frente às torres, o rio Capibaribe. Na outra margem, está Brasília Teimosa. Seus moradores, fazendo jus ao nome, resistiam à pressão imobiliária naquele ano de 2013. Revi a comunidade, entrei em vielas e ouvi o quanto ainda tinham que lutar. Depois de Brasília Teimosa, outro destino bem perto, outro lugar estigmatizado. Assim atravessei pela primeira vez a ponte que liga o asfalto à Ilha de Deus. Ali, o empoderamento da comunidade foi o motor para a conquista do território e de mais atenção à saúde. Assim tinham conseguido preservar a área e, de longe, viam os espigões que transformaram de forma radical a paisagem recifense.

Em Salvador, nesta mesma matéria, vi que a ocupação desmedida do solo ameaçava pessoas e suas práticas. Na aridez da cidade verticalizada, as religiões de matriz africana lutavam para manter preservadas suas áreas verdes, os terreiros. Ao lado da capital, conheci, junto com o colega Felipe Plauska, Itapagipe e um de seus bairros, Alagados, que já foi a área com mais palafitas da América Latina. No processo de construção de novas moradias ou realocação de moradores,

ILHA DE MARÉ-TRANSPORTE
MARÍTIMO BIZA SEM FRONT...
Boat Tours in
Salvador, Brazil

PRAIA GRANDE
(ILHA DE MARÉ)

BOTELHO (ILHA DE MARÉ)

As Vieras de Maré



FELIPE PLAUSKA

essa foi mais uma população que perdeu o vínculo comunitário, com fortes impactos na saúde individual e coletiva.

“Casa não se resume apenas a uma unidade”, disse Raimundo Nascimento, da Comissão de Moradores. Longe dali, para chegar na Ilha de Maré, fizemos uma travessia curta em um mar turbulento para ouvir relatos sobre o despejo de metais pesados pelas indústrias químicas e petrolíferas. Os peixes já não eram tantos, o mergulho em águas contaminadas fazia a pele queimar, o ar é poluído. Nesse modelo predatório de desenvolvimento urbano, a voz de quem se criou na terra não tinha conhecimento técnico, não era sequer ouvida, disse Eliete Paraguassu, mulher quilombola, marisqueira e líder comunitária.

No Rio de Janeiro, vi a desproteção pela ausência de políticas públicas e o impacto ambiental resultante da negligência e descaso. Secas e inundações matam sempre os mais pobres e desprotegidos, como mostrou a matéria da *Radis* 135. No Morro do Borel, que mais aparece no noticiário por questões relacionadas à criminalidade, Michele Sousa Santos morava em um barranco. Desocupado pela Defesa Civil, o barranco foi reocupado por quem não tinha para onde ir, como Michele. Seus vizinhos vieram da Bahia, e, apesar do risco, ficaram na cidade onde tinham trabalho. Quando chovia forte, Michele pedia que a enxurrada levasse a sua cozinha e livrasse o quarto. Ali ela dormia com o marido. Sem uma moradia digna, não há escolha senão ficar, ela contou.

A cada história, tragédias, vidas transformadas e experiências de muita resistência. Na Vila Autódromo, na Zona Oeste carioca, vi a luta e o fim, nada mais que isso. Altair Antunes tinha 58 anos, três remoções e a esperança de não somar mais uma, em 2013. Somou. Em questão de horas, a casa

que foi sua por 22 anos foi soterrada pelas obras do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca. Altair, que presidia a associação de moradores, perdeu casa, saúde, acesso à saúde e vitalidade quando tornei a falar com ele, em 2016.

Neste mesmo ano, voltei à Vila Autódromo com o fotógrafo Eduardo Oliveira e nos defrontamos com o que restou da vila. Olhei o vazio, busquei casas que já não existiam, andei com tristeza pelo chão de terra batida, vi a igreja ainda em pé. De quase 700 famílias, vinte conseguiram permanecer. “Para ter moradia, a gente tem que lutar, brigar, apanhar”, confessou dona Penha, que lutou para ficar naquele lugar porque queria ser respeitada como “cidadã da cidade” (*Radis* 167).

Em todas essas viagens, em lugar de desenvolvimento, vi desumanidade em remoções. Vi despejo em massa e limpeza social em nome de projetos urbanísticos excludentes. Vi atenção desigual, direitos negados, abandono, miséria, injustiça. Vi também a importância de políticas públicas continuadas e transversais para produzir saúde, especialmente no que toca ao acesso à água limpa e ao esgotamento sanitário adequado (*Radis* 188). Conheci projetos interessantes e bem sucedidos, como o sistema de saneamento básico de Uberlândia, referência em todo o Brasil com a oferta pública de serviços.

Confesso que, na cobertura desses e de tantos outros temas, há muita emoção nesses encontros e não há como ficar isenta a eles. A energia brota a partir de cada escuta e é ali, no território, nas visitas às unidades de saúde, na conversa com agentes comunitários e endemias, na descoberta de programas de saúde, que eu acredito que o jornalismo se afirma como um agente de transformação social. Porque,



O parabéns para Dona Grinauria: a casa de palafita, o mangue e a alegria no olhar

FELIPE PLAUSKA



Cidade excludente: Dona Penha e a luta para permanecer em sua casa e ser respeitada como “cidadã da cidade”

EDUARDO DE OLIVEIRA



Eliete Paraguaçu, na Ilha de Maré (BA): fala potente; encontro com Leila Borari, no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), em 2018

como repórter da *Radis* em campo, a minha busca é a de resgatar as vivências do outro, descobrir os seus lugares, ver na ponta como o SUS abraça esses brasileiros tornados invisíveis e aprender com a diversidade, riqueza e potência das conferências de saúde.

Somos um elo nessa rede que trabalha e acredita na força do sistema público de saúde.

Assim consigo responder à pergunta “Onde ficam as pessoas?”, feita naquela edição que teve a imagem de dona Grinauria. Nessas quatro palavras, uma lição de casa. Nessas andanças, eu entendi que, enquanto a pessoa estiver em segundo plano, ela vai para onde der. E ali, de novo, e de novo, e de novo, vai procurar abrigo, reconstruir o seu teto, criar suas histórias, refazer relações a duras penas. Vai seguir sendo obrigada a forjar novas trajetórias em territórios nem sempre saudáveis, com um SUS nem tão pleno, onde saúde, educação e moradia ainda permanecem como sonhos que não se efetivaram como direitos de todo e qualquer cidadão.

Cobri eventos transformadores, onde conheci falas potentes como a Leila Borari, de Alter do Chão, no Pará.



FEIPE PLAUSSKA



NÃO VAMOS DESISTIR



O APRENDIZADO NAS

MARGENS

A D R I A N O D E L A V O R

Essa parte do rio é mais estreita? Perguntei, sem ter certeza se conseguiria escutar a resposta. O barulho do motor “de rabeta” cortava a minha própria voz, que se perdia ao vento.

— Não! Aqui é uma ilha! Respondeu o barqueiro sem tirar as mãos do leme e os olhos da imensidão à nossa frente, calmo como a corrente que pincelava a margem à minha esquerda.

Há quase três horas eu navegava pelo majestoso Rio Negro, e agora eu conseguia ver as duas margens ao mesmo tempo. Era a minha primeira vez na Amazônia. A resposta me ajudou a começar a entender a magnitude daquela experiência inédita, um misto de fascínio e medo, aventura e descoberta, sensações que somente um encontro real com a floresta podem proporcionar, oportunidade que poucas pessoas têm e que a *Radis* me apresentava naquele momento.

Era início de 2009, e eu ainda não sabia a importância que aquela reportagem teria na minha vida profissional e pessoal nos anos seguintes, mas seguia empolgado rumo à aldeia Vila Nova, às margens do Rio Xié, afluente do gigante por onde navegava, cujo espelho d’água refletia tão perfeitamente o desenho do céu que em muitos momentos me fazia confundir onde começava um e terminava outro. O céu aqui parece mais perto, imaginei.

A expectativa do encontro com agentes de saúde indígenas, o espetáculo visual e o ar puro que entrava pelas narinas compensava qualquer desconforto ou medo causados pela viagem naquela voadeira de alumínio que de modo barulhento singrava as águas de um dos rios mais potentes do Brasil. Quase cinco horas de navegação, havia avisado o barqueiro, ao partirmos de , a cidade mais indígena do país.

Mareado com o banheiro, assustado com as nuvens que se formavam no céu quente da tarde de janeiro, eu observava a tranquilidade com que a agente de saúde Marilene tirava um cochilo no fundo da voadeira. Mais cedo, ela havia alertado: “Melhor vocês embalarem as mochilas nestes sacos grandes de lixo”, disse-nos ao embarcar. “No caso de virar, só elas vão flutuar”, orientou calmamente como se receitasse soro caseiro a uma mãe ribeirinha.

Eu ia anotando estas pistas do saber infinito e pouco visível que veria nos próximos dias, entre igapós e igarapés. Um encontro definitivo e definidor com a sabedoria do Brasil profundo, aquela que se encontra às margens dos grandes centros urbanos e nas margens dos grandes mapas, pontos pequenos na representação geográfica e enormes na tradução do que significa ser brasileiro, ser do Sul da América, ser humano. Algo que corre nas veias, mas não se vê.

Ali, na cabeça do cachorro, esquina em que o Brasil faz



A aldeia de Vila Nova, às margens do Xié, onde Radis registrou a formação da primeira turma de agentes indígenas de saúde, em 2009

fronteira com a Venezuela e a Colômbia, eu não acompanhei somente a formação de um grupo de indígenas em profissionais de saúde — história que seria a capa da revista em abril daquele ano (*Radis* 80) —, eu comecei o meu aprendizado sobre o que significa promover comunicação e saúde em um país tão diverso e desigual. Nada é como se imagina, tudo é mais complexo quando enxergamos os sujeitos que a academia e as políticas por vezes reduzem a objetos ou estatísticas.

O impacto foi tão profundo em mim quanto ainda são vividas as imagens que guardei na memória. Tons infinitos de verde, cores inúmeras de penas e plumas a cruzar o céu azul, tons de terra a se misturar com as águas. Muitas águas. Não à toa chamada de floresta úmida, a Amazônia é essencialmente feita de água, que nem nós humanos — lembro de ter pensado ao me deparar com a primeira tempestade. Infinita pequenez humana diante da natureza.

Mas o impacto foi verdadeiramente potente quando comecei as entrevistas e conheci o que havia ali de humano, tão mais humano que eu. Muitas línguas e sotaques. Muitas sinergias e

estranhamentos. Muitas descobertas e acolhimentos. Uma sabedoria sutil e potente, escondida nos recantos de praia de areia alvíssima e entre as folhas de palmeiras altíssimas, que me revelou verdades até então desconhecidas.

Apreendi ali que as distâncias são relativas quando calculadas pelo tempo que se leva para percorrê-las; que o tempo é significativo e não se mede somente pelos ponteiros, mas pelos ciclos de nascer, crescer, viver e morrer; que descobrir, aprender, lembrar e esquecer são processos que florescem e acontecem primordialmente por meio de encontros e desencontros; que educação, comunicação e saúde são conceitos complexos, incompletos, inclusos e complementares, intimamente ligados aos determinantes sociais e aos contextos pessoais — e que portanto não são e não admitem práticas transferenciais, exigem e se concretizam somente quando partem da inclusão e da interlocução. Só acontecem quando há conversa e permitem controvérsias.

De perto, aqueles sujeitos simples, moradores de um Brasil que eu desconhecia, superavam conceitos e desafiavam políticas e teorias. Pontos fora

da curva e habitantes de tantas curvas e calhas de tantos rios, me ensinaram e me instigaram a cada depoimento, mostraram ignorâncias e limitações pessoais, fizeram-me questionar minha formação acadêmico-urbana-colonial, jogaram minhas certezas no chão.

Um episódio me marcou profundamente aqueles dias, quando a sombra da noite escura oferecia de presente um rastro luminoso, salpicado de estrelas. De onde eu estava na aldeia, eu enxergava um clarão que saía de uma das casas. À porta, vi de perto, um grupo concentrava o olhar para dentro, o que me fez supor ser um culto religioso. Ao me aproximar, vi que assistiam numa TV pequena a um filme americano sobre a Guerra do Vietnã, dublado em espanhol.

Minha mente se transportou, na rapidez de um satélite que provavelmente orbitava nossas cabeças, para o outro lado do globo. Um insight: a infinita diversidade humana permite pontos de interseção, interlocução e intercâmbio. Comunicação. Saúde. Naquele momento, invadiu-me imediatamente uma enorme vontade de estudar, de entender melhor tudo o que me rodeava e não compreendia, tudo que havia visto e que somente uma reportagem não daria conta de descrever.

Na viagem de volta à minha casa, escrevi um texto em que citava Galeano, no Livro dos Abraços, uma das inspirações para o que viria a seguir. “Sempre é possível encontrar contemporâneos em qualquer lugar do tempo e compatriotas em qualquer lugar do mundo. E sempre que isso acontece, e enquanto isso dura, a gente tem a sorte de sentir que é algo na infinita solidão do universo: alguma coisa a mais que uma ridícula partícula de pó, alguma coisa além de um momentinho fugaz”, dizia o autor uruguaio.

Nos anos seguintes, fiz outras reportagens sobre saúde indígena (*Radis* 84, 98, 199, entre outras), voltei à Amazônia muitas vezes (*Radis* 201 e 211) — inclusive para a formatura da turma dos agentes de saúde que conheci (*Radis* 153) — inspirei-me em movimentos e lideranças para estruturar minha pesquisa de doutorado, e entendi a importância daquela reportagem, potencialmente transformadora. Sem a *Radis*, nada disso teria sido possível.



ROGÉRIO LANNIÉS

Radis acompanha o resgate de uma pessoa doente em Cucuí (AM), onde o Brasil faz fronteira com Colômbia e Venezuela. Na foto maior, o Rio Negro em sua exuberância em São Gabriel da Cachoeira (AM), ponto de partida para a reportagem na Amazônia





VOZES

ANCESTRAIS

L U I Z F E L I P E S T E V A N I M

Na outra banda do rio-mar, fomos ao encontro de um pedaço da África na Amazônia. O percurso até o Quilombo Saracura é feito somente de barco, cruzando o encontro entre os rios Tapajós e Amazonas: localizada em uma ilha, essa é uma das 12 comunidades quilombolas da região de Santarém, no oeste do Pará, que nasceram da resistência à escravidão e ainda hoje lutam pelo reconhecimento do seu direito ao território. Em sintonia com a Mãe Terra, são populações que vivem do extrativismo e da agricultura familiar e, como guardiões da floresta, sofrem com a expansão do agronegócio predatório, do garimpo e de obras com grande impacto ambiental, como a construção de portos e hidrelétricas. Em comum, guardam

tradições ancestrais que fazem com que se reconheçam pelo nome poético de “comunidades afro-amazônidas”.

Chegamos ao porto, fascinados pela beleza do Rio Tapajós, e subimos na bajara, uma pequena embarcação movida a motor que iria nos levar até a ilha para mais uma série de entrevistas nas comunidades quilombolas — que fizemos durante uma viagem a Santarém, o repórter fotográfico Eduardo Oliveira e eu, em março de 2019 (*Radis* 200). No caminho, cruzamos a confluência do Tapajós com o Amazonas. O murmúrio das ondas era como a voz dos encantados, que povoam o imaginário da região. E foi aos encantados do rio que pedimos licença antes de entrar no barco e iniciar viagem.

“A terra é vida”, afirmou Dileudo Guimarães, liderança quilombola de Santarém (PA).



“Quem foi que disse que o negro não tem valor?”, dizem os versos cantados pela quilombola Cleide do Arapemã.

Seguimos na companhia de Dileudo Guimarães, 54 anos à época, presidente da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), que tanto fazia a vez de guia quanto de principal personagem desta matéria sobre a resistência das comunidades quilombolas ao avanço do agronegócio, da mineração e de grandes empreendimentos sobre suas terras. Com voz mansa e olhar perspicaz, ele rememorava histórias do passado e ao mesmo tempo falava, com paixão, da mobilização e resistência do presente. “Nós temos a terra como mãe. Tudo que a gente precisa para sobreviver se tira dela. A terra é vida”, disse a mim, em entrevista, em palavras que ecoaram em meu coração.

Como repórter, esta era uma oportunidade de exercitar aquilo que constitui a essência do jornalismo: o ato de ouvir. Como um ser humano apaixonado por histórias e praticante de uma religião afro diaspórica, a Umbanda, era um mergulho em saberes e vivências transmitidos de geração a geração. E na perspectiva de comunicação partilhada pela *Radis*, não bastava ouvir — era essencial dialogar e promover encontros com estes que estão à margem das narrativas oficiais e da cobertura da imprensa comercial, como os povos tradicionais, em sua luta pelo direito à terra e pela preservação ambiental.


Cercados por água de todos os lados, os moradores do Quilombo Saracura enfrentam uma contradição: não têm acesso à água potável. Também não contam com o fornecimento de energia elétrica. Depois de quase duas horas de percurso, avistamos as primeiras casas da ilha, em contraste com o céu muito azul, crianças saindo da escola e algumas embarcações. Somos recebidos com carinho pelos moradores, que propõem uma roda de conversa para contar suas vivências, subvertendo a tradicional lógica do repórter versus entrevistado. A tarde avança no embalo das histórias e, ao cair do dia, é hora de retornar a Santarém — porém,

as nuvens escuras no céu prometendo chuva indicam que a travessia de volta pelo Rio Amazonas, no breu da noite, não será fácil.

Novamente é aos encantados das águas que pedimos proteção. Eles parecem conduzir a bajara em segurança até o porto. A experiência de atravessar um Amazonas agitado, entre o fim da tarde e a noite, é intensa, porém inesquecível. Em busca das histórias dos quilombolas de Santarém, visitamos quatro comunidades. Como síntese, a voz potente de Cleide do Arapemã, moradora de outro quilombo da região, canta o sentimento de luta e pertencimento desta África que resiste na Amazônia: “Quem foi que disse que o negro não tem valor? / Que o negro não tem sentimentos? / Que o negro não sente dor?”.

Em minhas andanças como repórter de *Radis*, esse encontro com a África na Amazônia me lembra outra vez que me deparei com a ancestralidade africana, em um terreiro de Umbanda na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A pauta era intolerância religiosa (*Radis* 152). Não havia melhor maneira de abordar o tema do que ouvindo a parcela da população que mais sofre com essa questão, os praticantes de religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda. Na ladeira que leva à Casa do Perdão, terreiro comandado por Mãe Flávia Pinto, descobrimos que havia espaço para Cristo e Oxalá — só não havia lugar para a intolerância.

O encontro com a mãe de santo — mulher preta e militante contra o racismo e em defesa das religiões de matriz africana — teve um simbolismo dentro de minha trajetória pessoal e como jornalista. Em 2015, quando peguei essa pauta, era novato na Fiocruz, com apenas dois meses de *Radis* — e como umbandista, estava prestes a passar por um importante rito de preparação, que no ano seguinte me levaria a estar à frente do meu próprio terreiro. “Todo terreiro é um núcleo de assistência social, de promoção da



“O terreiro é um verdadeiro quilombo urbano”, declarou Mãe Flávia Pinto


saúde pública e de cidadania. O terreiro é um verdadeiro quilombo urbano”, afirmou Mãe Flávia, naquele dia. Ao ouvir suas palavras, entendi que a profissão de jornalista me fazia um convite para também me somar à luta pelos direitos dos povos tradicionais. Saúde, direito à comunicação e cidadania andam de mãos dadas.

A urgência da pauta ambiental — em um contexto em que crescem as ameaças aos povos indígenas e quilombolas — mostra que são essas populações que ainda mantêm a floresta de pé. Em meio à pandemia de covid-19, o avanço das queimadas no Pantanal e na Amazônia e do garimpo em terras indígenas nos levou a produzir uma pauta mostrando o protagonismo dos povos da floresta na resistência socioambiental (*Radis* 227). Dessa vez, por conta da pandemia, tivemos que ouvir nossas fontes por outros meios: em chamadas telefônicas, por videoconferência ou ainda em conversas por aplicativo.

Foi assim que tive um longo papo com uma filha dos igarapés, liderança indígena de reconhecimento internacional, Alessandra Korap Munduruku, que contou como os povos indígenas da Amazônia têm se organizado para conter o avanço do garimpo, das madeireiras e de grandes empreendimentos como portos graneleiros. “A Amazônia pede socorro. Não é só a gente que tem que defender. O mundo todo tem que saber o que está acontecendo”.

Mais uma vez, na fala de uma liderança dos povos tradicionais, havia o convite para que a nossa palavra de comunicador ecoasse as vozes ancestrais de populações que resistem e existem em função da defesa da Mãe Terra. Quem sabe não seja esta a vocação de um repórter que faz comunicação pública em saúde no século 21: a tarefa de ouvir e de se somar a essa grande roda de cura da Terra, como têm proposto os povos originários? Assim seguimos na *Radis*, promovendo encontros e travessias transformadoras.

FEIPE PLAUSSKA



EDUARDO DE OLIVEIRA



MEMÓRIAS DO SERTÃO

A N A C L A U D I A P E R E S

Aprendi com Guimarães Rosa que “o sertão é do tamanho do mundo”, “é dentro da gente”. Para uma nordestina, as palavras do escritor mineiro falam ainda mais fundo. A gente leva na bagagem, para toda parte, o sertão.

Na primeira vez que voltei ao Nordeste como repórter de *Radis*, foi para ver água — um volume de encher os olhos mas que, apesar de abundante, ainda não havia chegado nas torneiras dos moradores. Às margens do São Francisco, testemunhei o sofrimento e a esperança de homens e mulheres atingidos por um projeto de transposição de águas do rio que atravessou governos, fez crescer o interesse do agro e do hidronegócio, atiçou as ambições do setor industrial e deixou marcas profundas na vida e na saúde de uma população destemida demais, resiliente demais.

Sentado em uma cadeira de balanço na varanda de casa, seu Lídio Pedroza me confessou: “Muitas vezes eu ia embora porque não suportava. Levaram de mim muitas lembranças”. Desse mesmo local, ele havia assistido às escavadeiras revirarem suas terras, devorando uma casa, o pasto, algumas cabeças de gado e os pés de algaroba debaixo dos quais enterrara o umbigo dos netos — assim, os pequenos cresceriam com saúde, reza a lenda.

Não existe receita de objetividade jornalística nem dica de manual de redação para não se deixar afetar por histórias como essa, que ouvimos quando caímos em campo. Aliás, não é mesmo disso que se trata. Um jornalismo que exercita a alteridade e a empatia é dos maiores aprendizados da profissão, algo a que *Radis* se dedica a cada pauta.

A reportagem havia tido início no Recife, enquanto cobria um seminário promovido pela Fiocruz Pernambuco que reuniu povos impactados pela transposição, movimentos sociais e pesquisadores. Mas se concretizou nas veredas do semiárido, entre os





estados de Pernambuco e da Paraíba, debaixo do céu de um azul fluorescente que naquele dia também ficou “bonito pra chover” — é assim que se diz por ali quando nuvens cor de chumbo anunciam que vai cair água.

Gosto de pensar que nunca volto igual de uma reportagem. Jornalismo é também sobre se sentir atravessado pela experiência do outro. Meu encontro com as fontes ou personagens, que para mim são muito mais do que um nome técnico aprendido na faculdade, sempre me deixa mais humana.

De volta à redação, o Sertão dentro e fora ocupando todos os espaços, não sabia bem como narrar a relação que tinha acontecido entre mim e seu Lídio; entre mim e seu Abílio; entre mim, dona Eurídice e seu filho, Ailton — conhecido como “o homem que botou os moços da obra pra correr”; entre mim e Cida — dona de um bar na encosta da BR-110 que fez questão de mostrar a pedra de dois quilos que quase lhe destruiu a parede e que ela guardava como relíquia enquanto esperava a indenização que nunca vinha.

Meu amigo de equipe, Felipe Plauska, editor de arte, embarcou comigo numa tentativa de compartilhar essa experiência com o leitor. Em junho de 2017 (*Radis* 177), publicamos O Sertão dos Atingidos. Seu Lídio na capa me lembrou seu Potiguara, meu avô, um caboclo que por motivos diversos também perdeu um pouco de vida ao deixar seu pedaço de terra e migrar para a cidade. Mesma postura, um ombro meio

curvado e uma mania de acreditar.

Lembro que durante a apuração da reportagem, para esticar a prosa, perguntei a seu Lídio se a transposição não havia trazido nada de positivo.

— Para mim, não! — foi o que ele respondeu. Mas, como quem faz uma prece, o homem de 74 anos acrescentou: “Futuramente, quem sabe, pra meus netos e pro povo, se essa água chegar mesmo, pode até ser que sim”.

Na segunda vez que voltei ao Nordeste como repórter de *Radis*, foi para ver como a população da região vinha lidando com os cortes nas políticas sociais que ameaçavam direitos conquistados e podiam levar o Brasil de volta ao Mapa da Fome. Era fevereiro de 2018 e esse, um perigo iminente.

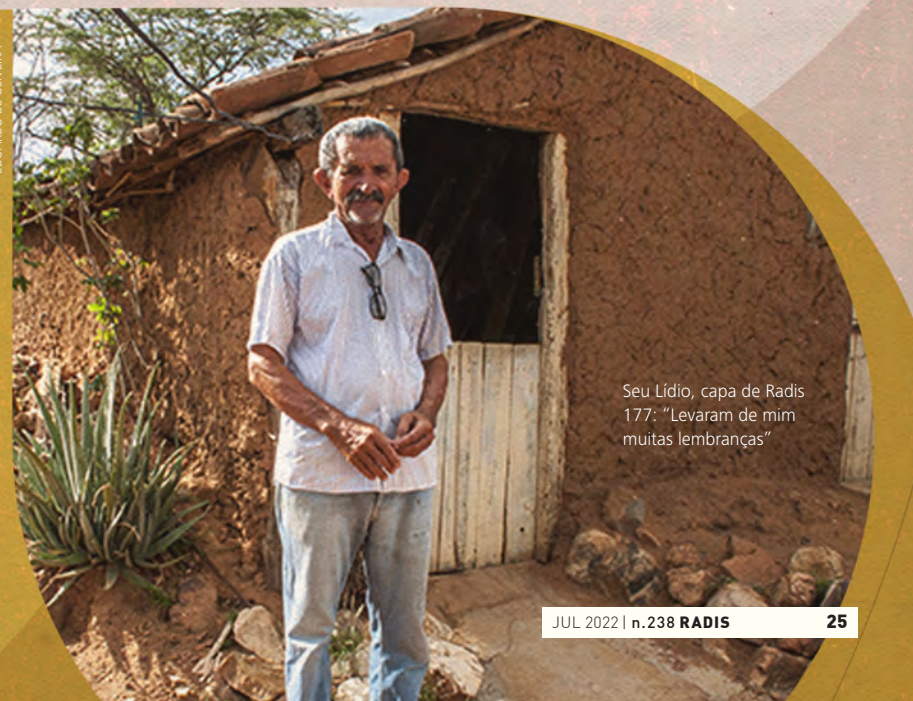
Outra vez, encontrei histórias de resistência e coragem. Na horta da família Maciel, na Zona Rural de Lagoa Seca, próximo a Campina Grande, na Paraíba, havia um verde verdejante. Quando *Radis* chegou, pai e filho cuidavam das hortaliças fazendo valer o velho dito popular de que “se o campo não planta, a cidade não janta”. Durante uma década, os Maciel haviam tido acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a uma série de outros projetos de apoio ao pequeno agricultor.

Havia água nos olhos de seu Oswaldo Maciel — um tanto por conta da emoção de ver o filho mais velho, Oclécio, formado em Agroecologia pela Universidade Estadual da



Dona Cícera: medo de quase nada; só da fome

EDUARDO DE OLIVEIRA



Seu Lídio, capa de *Radis* 177: “Levaram de mim muitas lembranças”

Paraíba (UEPB), implementar todo o sistema de irrigação do local, outro tanto por andar assustado pelo que estava por vir. Ele me disse: “Agora nós estamos que nem abelha. A abelha no frio faz o seu mel e, quando o tempo é ruim, ela vive da reserva”.

Dia seguinte na garupa de duas motos, eu e Eduardo de Oliveira, fotógrafo de *Radis* e companheiro de viagem, percorremos os 6 quilômetros da estradinha de terra e cascalho que separam a pequena Massaranduba da comunidade Cachoeira de Pedra D’água. Encontramos mais gente acolhedora, portas abertas, mesas ainda fartas. Outros pequenos agricultores beneficiados pelas políticas de geração de trabalho e renda. E a mesma apreensão que vi nos olhos de seu Oswaldo.

Na cozinha de dona Gerusa, comemos tapioca e bojo de macaxeira e tomamos o melhor suco de caju que alguém nos preparou, estou certa disso. Na sala de dona Maria Aparecida, aprendemos sobre reutilização de águas residuárias. Em cada canto, ouvimos sobre como o Programa Cisternas modificou a vida no semiárido. Para aquela reportagem, entrevistei também especialistas. Os retrocessos nas políticas públicas foram apontados por todos como ameaças na luta contra a fome.

Voltei outras vezes a essa temática — uma delas no ano passado (*Radis* 225), quando o noticiário foi tomado por imagens de brasileiros disputando osso nas sobras de supermercado e por voluntários distribuindo quentinhas com

quem mais precisa. Mas agora, quando me chega a notícia de que cerca de 33,1 milhões de brasileiros vivem sem ter o que comer a cada dia, de acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, é inevitável pensar em dona Cícera, mulher forte vizinha de dona Gerusa, que não se assustava com quase nada. Mas tinha muito medo da fome. Contra isso, me disse, ia trabalhar enquanto tivesse forças, plantava, tinha “fé em Deus e Nossa Senhora” e contava com o auxílio do então Bolsa Família.

Como estão, agora que a fome se tornou real? Estão bem? Ainda conseguem plantar? Sobreviveram à covid-19? Será que a família Maciel ainda cuida das hortaliças e a de dona Gerusa segue dirigindo o Fiat Uno 2007 até o centro da cidade a cada semana para vender os produtos que planta? As oficinas de reúso de água continuam na casa de dona Maria Aparecida? E quanto à dona Cícera, o medo venceu?

Nota: No momento em que escrevo este relato, de volta à redação de *Radis* depois de dois anos em trabalho remoto por conta de uma pandemia, estamos todos vivos. Na porta de entrada, um banner com a capa daquela edição sob o título de “O ronco da fome” nos lembra de um tempo em que não ter o que comer era uma ameaça ou uma tragédia anunciada. Será mesmo que estamos todos vivos?

Seu Abílio: conversas sobre o São Francisco



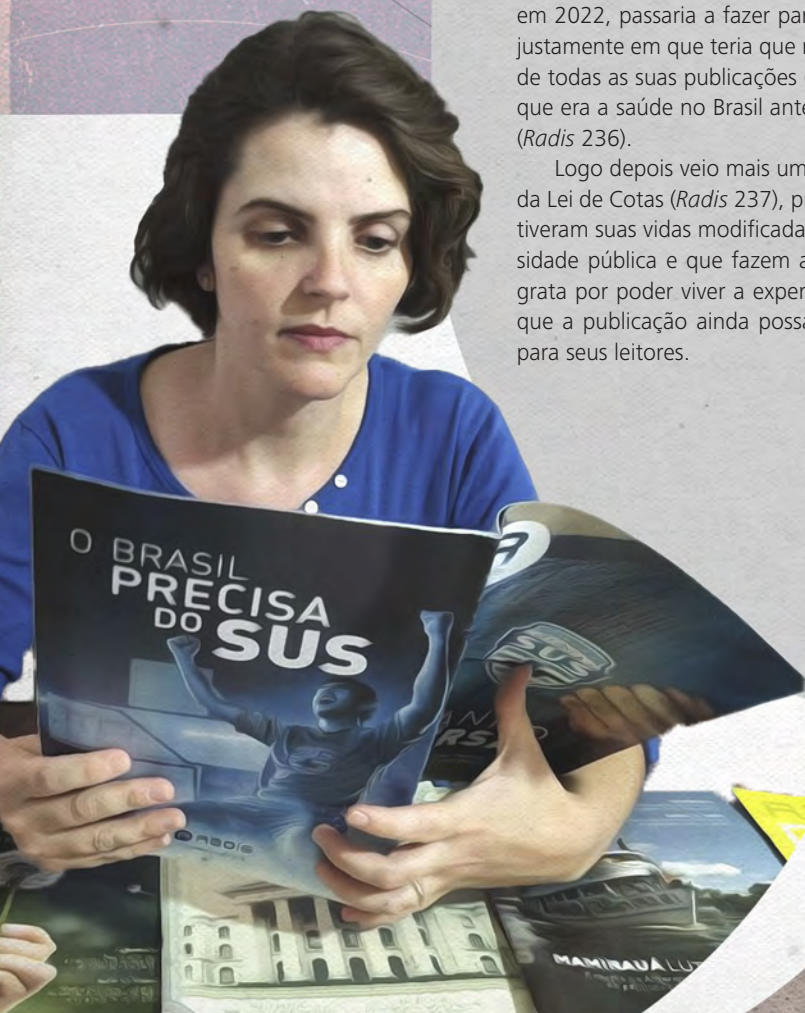
EDUARDO DE OLIVEIRA

DE LEITORA À REPÓRTER

L I C I A O L I V E I R A

Minha primeira experiência com *Radis* foi quando me tornei leitora, por volta de 2015. Desde então, venho acompanhando as pautas instigantes e necessárias e percebendo cada vez mais o quanto é importante a defesa do SUS, as questões pertinentes à saúde pública, assim como temas de grande relevância social e como isso tudo interfere na nossa saúde. Não imaginava que agora, em 2022, passaria a fazer parte da equipe e começaria com uma reportagem justamente em que teria que mergulhar fundo na história do Programa *Radis* e de todas as suas publicações (*Radis* 235), assim como traçar um panorama do que era a saúde no Brasil antes da criação do SUS, durante a década de 1980 (*Radis* 236).

Logo depois veio mais um desafio importante que é falar sobre os 10 anos da Lei de Cotas (*Radis* 237), procurando mostrar o ponto de vista daqueles que tiveram suas vidas modificadas com a possibilidade de estudar em uma universidade pública e que fazem a diferença na luta contra o racismo. Sou muito grata por poder viver a experiência de passar de leitora à repórter da *Radis* e que a publicação ainda possa ter muitos e muitos anos fazendo a diferença para seus leitores.





MEU PRIMEIRO

EDITORIAL

J U S T A H E L E N A F R A N C O



Hoje tenho a oportunidade de escrever os editoriais da revista *Radis*, substituindo Rogério Lannes, um escritor dos bons, como subcoordenadora.

Já são dezenas de textos dos mais variados assuntos.

Mas nem sempre foi assim. Nunca me considerei uma boa escritora, até o dia em que Marinilda Carvalho, nossa editora na época, entrou na minha sala com seu jeito urgente de tratar qualquer assunto, e me disse que eu, substituindo o chefe, deveria escrever o editorial.

Gelei e disse que não seria capaz. Mas a insistência foi tanta que acabei concordando.

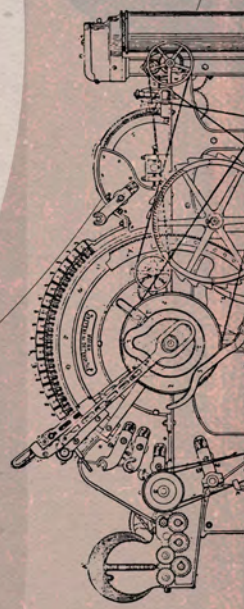
Tarefa cumprida, fiquei aguardando a reação daquela jornalista que conhecia tudo de grandes textos.

Eis que ela chega, abanando o papel e gritando: “Ah, adorei seu editorial, esse final foi maravilhoso!”.

Sorri amarelo, e mal acreditei que tinha conseguido.

Hoje, uma semana após a partida da Marinilda [Leia homenagem na página XX], relembrei essa passagem que vai em forma de homenagem à grande jornalista que me fez acreditar que eu poderia.

Obrigada, Mari.



ENGRENAGEM

QUE MOVE A RADIS - EM 3 ATOS

F A B I O L U C A S

1. Entre etiquetas e impressoras

Nem todos sabem, mas para que a revista chegue em suas mãos todo mês, devidamente embalada, além do trabalho feito pela Redação, há toda uma logística que envolve desde o endereçamento e impressão de etiquetas para envio por mala direta até o gerenciamento das questões administrativas junto a gráficas e Correios, por exemplo.

Quando cheguei ao Programa *Radis*, em 2004, éramos quatro servidores e dois estagiários, no setor de administração. Cabia a nós fazer essas tarefas. Naquela época, para imprimir a mala direta, contávamos com apenas uma impressora matricial, jurássica. O barulho que saía da geringonça era imenso e foi necessário fazer uma caixa acústica para abrigá-la, mas ainda assim tínhamos que lidar com problemas de toda ordem. Era comum, por exemplo, que as etiquetas embolassem ao longo dos formulários contínuos, o que nos obrigava a reiniciar o trabalho repetidas vezes. Demorava-se quase um mês para imprimir tudo.

Com o passar dos anos, essa impressora ficou obsoleta e foi substituída por outras quatro máquinas, ainda matriciais, também barulhentas. Todas trabalhando ao mesmo tempo, era de enlouquecer. Ainda não havia as modernas máquinas de hoje, que fazem a impressão de toda a mala direta — ou 124.700 etiquetas — em no máximo três dias, com as devidas pausas. Esse é o tempo que levamos para imprimir, encaixotar e ligar para a empresa que faz a coleta e o manuseio para envio. Cabe a nós ainda preparar os cerca de 60 pacotes com as revistas a serem distribuídas entre as unidades da própria Fiocruz mensalmente.

2. Contato com os leitores

Hoje, somos apenas dois no setor. Eu e Ingridi Maia, recém-chegada. Somos nós os responsáveis pela atualização do sistema por meio do qual respondemos ao Fale Conosco, efetuamos cadastros, resolvemos as pendências com a lista de espera e mantemos em dia o contato com nossos leitores. Isso sem contar ainda as questões burocráticas e administrativas que vão desde o apoio aos processos licitatórios até a garantia do perfeito funcionamento das quatro salas onde estamos instalados com demandas de almoxarifado à atualização de software.

Em tempo: aproveito para informar aos nossos leitores que tivemos um problema com a gráfica responsável pela impressão da revista, o que acabou provocando um atraso no envio das edições desde fevereiro. Estamos dando o nosso melhor para resolver a questão. Em breve, o envio será normalizado e todas as edições enviadas.

3. Orgulho de ser *Radis*

Já se vão 18 anos desde que cheguei na equipe. Tenho muito orgulho de contribuir com todo o processo. Juntos, torna-se mais fácil passar pela rotina atribulada, até mesmo nos momentos de 'perrengue'. Instalada no quinto andar do campus Fiocruz-Expansão (hoje, campus Maré), na Avenida Brasil, a Redação fica em uma área de vulnerabilidade social. Já fomos surpreendidos algumas vezes pela violência urbana. Numa dessas, durante uma perseguição policial a um roubo de cargas, uma troca de tiros atingiu em cheio as vidraças do prédio. Ficamos no corredor, agachados, sob constante alerta, enquanto durou o episódio até a completa evacuação do local. Fazer parte de uma equipe que entende a importância da saúde em todos os sentidos, e não apenas como ausência de doenças, é valioso tanto pessoal quanto profissionalmente.



CRIATIVIDADE

A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FELIPE PLAUSKA

Quando ingressei no Radis em 2013 estava convicto que o trabalho seria moleza. Diagramar texto numa revista, posicionar as fotos, algum tratamento de cor, fechar arquivo e pronto: repete tudo mês que vem. Oriundo do "mercado" e já com experiência, a função do designer gráfico não parecia oferecer desafios. Mal sabia eu o que me aguardava.

Meses e anos se esticaram enquanto fui exercendo com minha parceira, na época Carolina Niermeyer, a função de fotógrafo, cobrindo eventos e as belas reportagens já relatadas aqui nessa edição. Tenta imaginar o que foi acompanhar nossos talentosos repórteres pelos quatro cantos do Brasil, nos aventurando desde travessias de barcos turbulentas, intimação por traficantes em zonas de risco, aquele corre-corre em dezenas de eventos e conferência de saúde.

Foi então aí que o ofício se tornou desafiador. Participar da apuração da matéria, tentar entender e captar o momento presente, o contexto da reportagem e não só transpor tudo isso numa bela foto, mas viver de verdade aquela pauta. Porque para conquistar a confiança das pessoas - às vezes de zona rural, às vezes moradores de rua - você não pode invadir o espaço simplesmente e sair apertando

o botão da câmera. Sem empatia real o "click" não acontece e pode comprometer todo o trabalho.

Toda a riqueza vivida durante uma apuração é fundamental também para a segunda parte do trabalho que é conceituar visualmente tudo aquilo que vivenciamos somado ao olhar e ao enfoque particular que cada repórter imprime no seu texto. Isso nos torna co-autores e co-responsáveis por aquilo que vai sair mensalmente na revista.

E quando chega a hora de criar as lindas capas que sintetizam várias matérias? É a hora do designer brilhar e receber os louros da vitória e todos os elogios. Afinal, ele é o gênio solitário que vai sempre tirar uma ideia brilhante da cartola, né? Errado. Mais uma vez o coletivo se faz necessário e o processo procura envolver não só o repórter, mas também o demais colegas do Radis para um brainstorm e definição da melhor ideia para aquela edição.

Não foi moleza como pensei, mas com a ajuda mútua consegui provar pra mim mesmo e desmitificar a figura do designer como aquele nerd que fica trancado numa sala escura de frente para um monitor e executando as ordens nos seus programas de edição.

A vida acontece lá fora.





O MENINO QUE CRESCERAM COM O RADIS



E D U A R D O D E O L I V E I R A

Em agosto de 2010, entrei como estagiário no Programa Radis. Lembro como se fosse ontem o dia que entrei pela sala 515, quando era para entrar pela 513. Minha primeira impressão foi de encantamento, com a redação e as mesas dos repórteres e do designer organizadas, as edições passadas da revista penduradas na parede. Era minha primeira experiência numa redação.

Editora e designer juntos me entrevistaram e começa minha história no Radis. Entre uma arte e outra, passando pela seção de Cartum, Radis Adverte e algumas pequenas ilustrações para as matérias, eis que faço minha primeira cobertura fotográfica acompanhando a repórter Katia Machado, para uma matéria sobre Unidades Socioeducativas e Saúde Mental, da Radis 99.

Terminei o estágio com um misto de alegria e tristeza. Grato pela oportunidade e experiência obtidas, mas deixando para trás o Radis, que me conquistou pra sempre.

Em 2015 fui inserido na equipe, contratado como fotógrafo. Desde então participei da 16ª Conferência Nacional de Saúde, MedTrop, Abrascão e tantos outros eventos e coberturas fotográficas pelo Brasil afora. Goiânia. Interiores de Pernambuco, Paraíba e Ceará. Região da Cracolândia, em São Paulo. Quilombos do Rio Tapajós, em Santarém, no Pará. Estágio, freelancer, contratação... e lá se vão 9 anos de amor e serviço ao Radis, à comunicação em saúde e à saúde pública.

Foram anos muito gratificantes e muito marcantes para mim, pois o Radis me mostrou a importância da comunicação em saúde e, em cada edição da revista, como o SUS e o nosso Brasil são grandes. O quanto temos que defender nossa saúde pública para que seja de qualidade e para todos.





HISTÓRIAS QUE NÃO CABEM EM

PALAVRAS

R O G É R I O L A N N E S

Há muita história a ser contada sobre o Programa *Radis*. Falar dos que, como Arlindo Gómez de Sousa, no Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública, presenciaram o seu nascimento, antes mesmo do lançamento das três primeiras publicações em julho de 1982. Falar dos que, como Sergio Arouca, direcionaram as revistas *Súmula*, *Tema* e *Dados* e o crucial jornal *Proposta* — o *Jornal da Reforma Sanitária* para repercutirem a 8ª Conferência Nacional de Saúde país afora, influenciarem o Capítulo da Seguridade Social na Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e atuarem para a aprovação da Lei Orgânica da Saúde, assegurando a participação e o controle social no Sistema Único de Saúde (SUS). Falar com a devida reverência do mentor do então Projeto Reunião Análise e Difusão de Informação sobre Saúde, Sergio Goes, que certa vez revelou que, entre outros motivos, o que o levou a criar o *Radis* foi a vontade de “mudar o mundo”, uma síntese

que não poderia ser mais honrosa e permanente para um jornalismo crítico, que sempre confrontou as injustiças e as desigualdades desse mundo.

Será interessante recuperar, no devido tempo, as histórias vividas pelas várias equipes profissionais que passaram pelo Programa *Radis*. Foram jornalistas, sanitaristas, sociólogos, economistas, designers, coordenadores e gestores de diversas formações e jovens estagiários que construíram e cuidaram do *Radis* por quatro décadas, institucionalizando essa ideia generosa como uma comunicação pública a partir do encontro entre o Estado e a sociedade e engajada na defesa da saúde coletiva, da democracia, dos direitos e do SUS.

Nos últimos três anos, algumas pessoas essenciais nessa jornada nos deixaram. Em fevereiro de 2021, perdemos nosso primeiro coordenador, Sergio Goes, e, em junho deste ano, nossa primeira editora mulher, Marinilda Carvalho, duas figuras diferentes em formação profissional e personalidade



e tão semelhantes na capacidade de sonhar e executar sonhos. Perdemos também dois sanitaristas que foram grandes incentivadores do *Radis* e cujas vozes enriqueceram as páginas de nossas publicações. Em novembro de 2020, partiu Hesio Cordeiro; em junho de 2021, Antônio Ivo de Carvalho. Ao relembrar essas pessoas queridas, queremos agradecer e homenagear a todos os profissionais que passaram pela redação, administração, documentação e coordenação do Programa e a todos aqueles que nos incentivaram e apoiaram ao longo dessas quatro décadas, sem os quais não haveria o *Radis* de hoje.

Quantas reportagens, quanto empenho estruturante, quantas superações, quanto futuro almejado. Esperamos que uma parte dessa história emerja do conjunto de matérias e atividades planejadas para este ano de comemorações. O objetivo dessa matéria, porém, tem um sentido mais estrito. Trata-se de compartilhar com os leitores um pouco da humanidade, da vivência e dos sentimentos que a equipe atual possa exprimir para mostrar um pouco da vida por trás das reportagens que se vê nas páginas e telas da Revista *Radis*.

Em meus 35 anos de *Radis* vivi um pouco de tudo, das reportagens pioneiras e bastidores da construção do SUS aos embates para assegurar o reconhecimento ao trabalho de meus companheiros e a sobrevivência e a consolidação do Programa. Aprendi muito com cada geração de profissionais com quem trabalhei.

Para compartilhar o espaço dessa matéria com os colegas atuais, escolhi mencionar a experiência gratificante de ter me colocado ao lado dessa geração de jornalistas em um lugar que, no fundo, o repórter da caneta e bloco de notas sempre teve vontade de experimentar um dia, o do repórter-fotográfico. A rápida passagem pelo fotojornalismo resultou em exposições e prêmios. Mas o prazer maior foi o processo de me colocar diante de uma cena sem discriminação, subir em mesa e torre de caixa d'água, debruçar na linha d'água em lancha voadora, ficar atento à incidência da luz, observar movimentos e ouvir atentamente cada fala na busca por expressar o cotidiano das pessoas, a luta coletiva e os Brasis que se descortinavam diante de nós em longas reportagens, viver o desafio de contar histórias sem o recurso da palavra.

O SUS É A CURA

“Se o SUS não existisse, eu não estaria nem aqui para contar a história”, afirma a atriz e modelo Tarcinara Vieira, ao falar sobre o tratamento contra a tuberculose a que teve acesso gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. O relato é um dos depoimentos que compõem o mais novo documentário do cineasta Silvío Tandler, *Saúde tem Cura*, produzido pela Caliban Cinema com apoio da Fiocruz e de parceiros com o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes). O filme aborda as potências e fragilidades do maior sistema público de saúde do mundo e parte de relatos de profissionais que participaram de sua criação, representantes da sociedade civil, usuários e trabalhadores e trabalhadoras que atuam no seu dia a dia para narrar como o SUS foi essencial para transformar a saúde da população brasileira. Realizado durante a pandemia de covid-19, o documentário mostra como era o Brasil antes do SUS, aborda a luta para a sua criação, encara os desafios da atualidade e traça cenários para o futuro da saúde pública. O ponto de partida são as memórias do próprio documentarista, filho de uma médica que atuou durante toda a vida no serviço público: essa é a inspiração para que Tandler ouça nomes como Margareth Dalcolmo, Paulo Niemeyer e Drauzio Varella e reconstrua o percurso que levou o SUS ser o que é hoje. O filme pode ser assistido aqui: <https://bit.ly/39Q1JWE>.



RACISMO HISTÓRICO

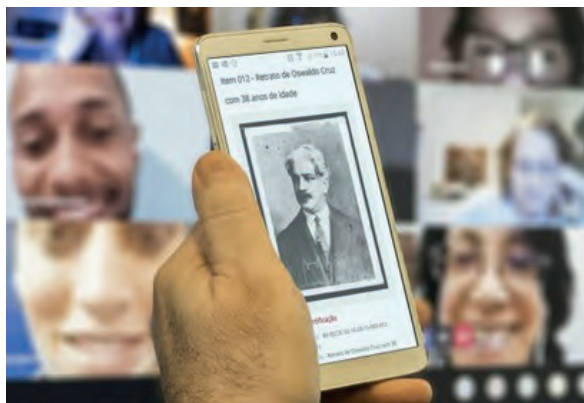
A formação do Brasil está intimamente ligada ao racismo, da colônia aos dias de hoje. Em uma escrita instigante e provocativa, a escritora Ynaê Lopes dos Santos desenvolve essa ideia de um país “talhado pela faca afiada do racismo” em seu novo livro, *Racismo Brasileiro: Uma história da formação*

do país (Editora Todavia). “Ao afirmar que o racismo é estrutural, estamos dizendo que ele está em todo lugar, mesmo que não tenhamos consciência disso”, escreve. Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (IH-UFF), ela reflete ainda sobre a luta antirracista e a obra de pensadores negros.

ARMADILHA DOS DADOS

Dados podem prejudicar a ciência? De que maneira é possível utilizá-los para caminhar em direção a uma ciência mais participativa e responsável? Essas são questões tratadas no livro *A Pesquisa Científica na Era do Big Data: cinco maneiras que mostram como o Big Data*

prejudica a ciência, e como podemos salvá-la, da pesquisadora italiana Sabina Leonelli, lançado no Brasil pela Editora Fiocruz com tradução de Carla Cristina Munhoz Xavier e revisão técnica de Bethânia Almeida e Mauricio Barreto. O livro reúne ideias sobre como os chamados Big Data podem realmente atender às necessidades da sociedade.



MEMÓRIAS DA PANDEMIA

As dificuldades do isolamento social, o medo de contrair a covid, a alegria ao se vacinar e a reinvenção do cotidiano na busca de estratégias para realizar coisas simples da vida, como comemorar um aniversário ou conversar com os amigos. Os registros de experiências como essas, vividas por trabalhadores e trabalhadoras da Fiocruz durante a pandemia de covid-19, podem ser encontradas no site do projeto Arquivos da Pandemia: memórias da comunidade Fiocruz, desenvolvido pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). A iniciativa procura recolher depoimentos e documentos que revelam a memória desse período dramático e desafiador. Para que não seja esquecido. Acesse: <https://bit.ly/3QIgm5j>.

ADEUS

OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO (OPI)*

Nós, ativistas do Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, hoje enterramos Bruno, nosso irmão mais velho. Hoje, a terra onde ele nasceu o recebe, seu corpo reencontra o barro, as raízes das plantas, a água e o calor do solo. Seu corpo carrega o perfume salgado do mar e o aroma denso da mata que ele defendeu até que os destruidores da floresta o mataram de forma traiçoeira. Nossos olhos misturam lágrimas de tristeza profunda e de revolta intensa. Mataram Bruno e seu amigo Dom à beira do rio Itacoai, numa manhã de domingo de fim de inverno, quando ele voltava de uma temporada junto aos seus melhores amigos, junto aos seus melhores mestres, com os quais ele aprendeu a entoar os cantos da floresta.

No Itacoai, quando Bruno e Dom foram mortos, os frutos da munguba pontilhavam a margem do rio com sua cor de urucum. Como cacau magenta, os frutos se abriam de repente e espalhavam pontinhos de algodão branco no igapó. Flutuavam vagorosamente no ar e caíam sobre a superfície da água, formando constelações. Os pontinhos de algodão são sementes, geram vida. De um fruto que abre, centenas, milhares, milhões de sementes vestidas de algodão se espalham pelo mundo do igapó e além. O mundo é um igapó, e Bruno é um fruto de munguba que se espalhou.

Com os povos indígenas do Javari, Bruno passou urucum no corpo para ficar mais bonito à luz do sol e à luz da lua. Com eles assou matrinxã nos moquéns da aldeia, alegrou-se com a chegada das antas capturadas pelos bons caçadores, deu risadas alegres e sentiu o prazer da fartura e da dança. Com seus amigos indígenas tomou banho no igarapé, inalou o tabaco que abre os olhos do coração e escutou histórias antigas e novas. Foi nas matas, rios e lagos da Amazônia onde Bruno sentiu o gosto agradável da bacaba e do buriti, ouviu o grito atrevido do gavião-real e o grasnar das araras-vermelhas, aprendeu a reconhecer a trilha que os queixadas abrem na floresta e que os cardumes de piaus traçam no leito do igarapé.

Bruno era grande e forte de corpo e de alma, sua voz era firme para estar junto na defesa da terra e suave para encantar-se com a beleza dos povos da floresta. Era incapaz de permanecer em silêncio quando a avidez e a violência do Estado e dos predadores da mata arrancavam a vida das terras indígenas. Ao mesmo tempo, ouvia calado a voz dos mais velhos nas aldeias, e aprendia deles outras maneiras de resistir no mundo.

Bruno teve uma paixão imensa, uma emoção que ele fez transbordar a tantas pessoas de tantos lugares: soube que no coração da mata os povos indígenas isolados lançavam seu grito de recusa contra a violência invasora. A voz dos povos indígenas isolados, daqueles que duramente sobreviveram a massacres e pestilências nossas, ecoou pelo mundo afora porque Bruno espalhou seu desejo: o desejo de deixá-los em paz, sem os burocratas do Estado, sem as fardas de militares que empunham armas, sem as cruzes sagradas das missões da morte, sem o brilho de ouro falso do capital insaciável.

Nossa tristeza é imensa como o dossel da floresta, nossa raiva é forte como a raiz da castanheira. Nossa ternura é limpa e abraça a Bia, aos filhos de Bruno, a toda a sua família, a aldeia infinita dos seus amigos espalhados pelo mundo. De nossa parte, continuaremos a luta, estamos em guerra, não vamos parar! Onde cai um, surgirão muitos outros, tenham certeza, "simbora", como diria Bruno. Não vamos esquecer quem verdadeiramente matou nosso irmão mais velho, jamais!

Adeus para sempre, Bruno. Seguirá havendo cantos nos terreiros, seguirá havendo flechas nos arcos, seguirá havendo espíritos que habitam nas florestas. Os inimigos dos povos do Javari vão fracassar. Com todos os sonhos indígenas, estás também nos nossos sonhos. Plantado hoje na terra como maniva, vai fazer germinar mais florestas, vai inspirar mais vida nas aldeias que te acolheram. E vai ter milhares de centímetros a mais de terra indígena na Amazônia.

24 de junho de 2022

■ NOTA DE TRISTEZA E REVOLTA DO OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO (OPI), PUBLICADA SOB O TÍTULO "ADEUS, BRUNO, SEGUIREMOS SEUS SONHOS E LUTAS PARA SEMPRE", EM [HTTPS://BIT.LY/3U6GIYM](https://bit.ly/3U6GIYM).



1982-2007

40 ANOS



A gente quer
INTEIRO
e não pela
METADE

#NossoLadoÉoSUS



TAMANHO